



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 70/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 4 dias do mês de Março de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I PARTE

1 - Audição ao Senhor. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE), Pedro Lourtie, previamente ao Conselho Europeu extraordinário de 11 de Março, onde os debates centrar-se-ão, em particular, no reforço da coordenação das políticas económicas nacionais na área do euro.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Presidente deu as boas-vindas ao Sr. SEAE, e recordou que, às 10h00, teria início a sessão plenária com o debate da alteração à lei n.º 43/2006, pelo que alguns dos Srs. Deputados teriam de se ausentar para o referido debate.

O Sr. SEAE informou que da agenda do Conselho Europeu extraordinário constavam dois temas: a situação no mundo árabe, em particular na Líbia (com a participação de todos os Estados-Membros), e a situação económica da zona euro (apenas entre os Estados-Membros da zona euro). Em relação ao primeiro tema, manifestou a preocupação partilhada pelos responsáveis políticos europeus quanto ao evoluir da situação, recordando que Portugal fora dos primeiros países a evacuar os seus nacionais da Líbia e que apoiara a resolução das Nações Unidas que impôs o estabelecimento de sanções ao Governo Líbio, e aceitou presidir ao comité de sanções à Líbia. Fez votos para que a situação evoluísse tendente ao diálogo entre as partes em confronto e à consolidação de um processo democrático. Ao nível da UE, referiu que Portugal iria apoiar medidas políticas e económicas de apoio a uma evolução favorável da Líbia com vista à transição para a democracia. Relativamente

ao segundo tema, o encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da zona euro tinha como principais objectivos dar sequência às decisões do Conselho Europeu de 4 de Fevereiro e preparar as decisões que seriam tomadas no Conselho Europeu de 24 e 25 de Março. Referiu a necessidade de uma abordagem global de combate à crise, dando sequência ao pacote de iniciativas sobre a governação económica, realizando "stress tests" mais ambiciosos e rigorosos às instituições financeiras dos Estados-Membros, prosseguindo o processo referente à implementação do semestre europeu, implementando o fundo de estabilização financeira à Grécia e à Irlanda, avaliando a situação económica e orçamental dos restantes Estados-Membros, constituindo o fundo permanente de resolução de crises (alteração do Tratado, definição das características do fundo, etc.), realizando o enquadramento do pacto para a competitividade. Relativamente a este pacto, referiu-se à necessidade de uma maior coordenação nas políticas económicas e na fixação de indicadores, sobretudo em três áreas: competitividade (indicador dos custos unitários de trabalho); sustentabilidade das finanças públicas (incluindo a ligação do sistema de pensões com a esperança média de vida e a criação de um travão à dívida pública) e desemprego. Para além disso, referiu-se ao debate acerca da harmonização fiscal na área do IRC, da luta contra a evasão fiscal das empresas e do reforço e flexibilização do fundo de estabilidade financeira, com vista a combater a volatilidade dos mercados.

Durante o debate subsequente, intervieram os Srs. Deputados Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), Luís Rodrigues (PSD), José de Bianchi (PS) e João Serpa Oliva (CDS-PP), que colocaram questões referentes à diligência do Governo Português no resgate dos portugueses residentes na Líbia; à falta de agilidade da UE em matéria de política externa, sem poder de reacção em tempo útil; ao facto do Governo Português ter baseado a sua diplomacia económica em países com grande debilidade política; à vinda do Sr. Ministro de Estado e das Finanças à CAE/AR para o esclarecimento de alguns dos pontos da agenda do Conselho Europeu, nomeadamente sobre as medidas/contrapartidas que o Governo tem anunciado para evitar a apresentação de um pedido de ajuda externa excepcional, para além da ajuda de que já tem beneficiado; à necessidade de Portugal pedir a intervenção do fundo europeu de estabilização financeira e à interligação desta questão com a posição do Governo quanto ao reforço do fundo; às próximas reuniões do Governo em Bruxelas e em Berlim; às consequências/desvantagens do recurso à ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional), com os exemplos dos casos da Grécia e da Irlanda, com de taxas de juros excessivas; ao facto das reuniões do Governo com outros Governos europeus constituir uma prática de todos os Governos dos Estados-Membros e não um caso isolado; à ideia da taxa sobre transacções financeiras na Europa; ao facto da Chanceler alemã ter tomado conhecimento dos

dados referentes à execução orçamental do Governo antes da AR; à situação política na Alemanha; à possibilidade de aumento de impostos, de aumento da idade da reforma, e de uma harmonização fiscal.

O Sr. SEAE expressou a sua compreensão em relação às apreciações feitas sobre a actuação tardia da UE no caso da Líbia, recordando, porém, da recém instalação do Serviço Europeu de Acção Externa e da necessidade de se articularem vinte e sete posições; referiu-se à necessidade de um equilíbrio entre diplomacia económica e diplomacia política, recordando que as relações com a Argélia e com a Tunísia tinham sido encetadas por um Governo PSD, a que o PS dera seguimento; considerou que os processos endógenos de cariz democrático deveriam ser apoiados, mas não impostos; reafirmou a posição do Governo de não considerar necessário o recurso a ajuda externa, considerando que Portugal tinha capacidade para ultrapassar a crise com os seus próprios meios, considerando que o recurso ao FMI seria contrário à defesa do interesse nacional e sublinhando o facto de o país ter estado a ser alvo de preconceitos e de uma pressão desproporcionada por parte dos mercados financeiros, sublinhando a necessidade de um consenso para credibilizar a posição do país; manifestou-se favorável ao reforço do mecanismo europeu de estabilidade para fazer face à volatilidade dos mercados e ajudar a resolver os problemas dos países com problemas de financiamento, salientando não se tratar do caso de Portugal; explicou o enquadramento e a utilidade da reunião entre o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças Portugueses e a Chanceler alemã para explicar e credibilizar os esforços desenvolvidos por Portugal, referindo a concordância das duas partes em relação à criação de uma taxa sobre transacções financeiras como instrumento de combate à especulação e contributo para a sustentabilidade das finanças públicas; referiu-se à complexa situação política alemã; fez votos que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças possa reunir com a CAE no dia 16 de Março; e referiu que os dados anunciados à Chanceler alemã tinham sido publicamente apresentados nesse mesmo dia, em Lisboa.

## II PARTE

2 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Proposta de Directiva do Parlamento e do Conselho que altera a Directiva 2000/25/CE no que respeita à aplicação de fases de emissões a tractores de via estreita - COM (2011) 1 Final;

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou o Parecer elaborado pelo Sr. Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), referindo o Relatório enviado pela 12ª Comissão.

O Sr. Presidente colocou o Parecer à votação, registando a sua aprovação, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

- Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que concede assistência macrofinanceira adicional à Geórgia - COM (2010) 804;

O Sr. Deputado Pedro Pimentel (PSD) apresentou o Parecer, referindo o facto da 2.ª Comissão não se ter pronunciado, em razão da matéria, sobre esta iniciativa europeia.

O Sr. Presidente colocou o Parecer à votação, registando a sua aprovação, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

### 3. Outros Assuntos

O Sr. Presidente recordou o calendário de reuniões da CAE, no dia 15 de Março, pelas 17h00 com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, e, no dia 16 de Março, pelas 9h00, com o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

A reunião foi encerrada às 10:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Couto  
Arménio Santos  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ferreira Gomes  
José Ribeiro  
Luís Pedro Pimentel  
Luís Rodrigues  
Pedro Brandão Rodrigues  
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Sérgio Sousa Pinto  
Vânia Jesus

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Cecília Honório  
Paulo Pisco  
Pedro Duarte